



MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Adalclever Lopes
1º-Vice-Presidente: Deputado Hely Tarquínio
2º-Vice-Presidente: Deputado Lafayette de Andrada
3º-Vice-Presidente: Deputado Braulio Braz
1º-Secretário: Deputado Ulysses Gomes
2º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.
3º-Secretário: Deputado Doutor Wilson Batista

SUMÁRIO

1 – ATAS

- 1.1 – 2ª Reunião Extraordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 18ª Legislatura
- 1.2 – Reunião de Comissão

2 – ORDENS DO DIA

- 2.1 – Plenário
- 2.2 – Comissões

3 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

- 3.1 – Plenário
- 3.2 – Comissões

4 – PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

5 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA

6 – ERRATA



ATAS

ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 18/2/2016

Presidência do Deputado Adalclever Lopes

Sumário: Comparecimento – Abertura – 1ª Parte: Ata – 2ª Parte (Ordem do Dia): 2ª Fase: Discussão e Votação de Proposições: Prosseguimento da discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.173/2016; discursos dos deputados Gustavo Corrêa e Cabo Júlio; Questões de Ordem; chamada para recomposição de quórum; inexistência de número regimental para a continuação dos trabalhos – Encerramento.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Adalclever Lopes – Hely Tarquínio – Lafayette de Andrada – Braulio Braz – Ulysses Gomes – Alencar da Silveira Jr. – Antônio Carlos Arantes – Arlete Magalhães – Arnaldo Silva – Bonifácio Mourão – Cabo Júlio – Celinho do Sinttrocel – Celise Laviola – Cristiano Silveira – Dalmo Ribeiro Silva – Dilzon Melo – Dirceu Ribeiro – Douglas Melo – Durval Ângelo – Elismar Prado – Fabiano Tolentino – Geisa Teixeira – Glaycon Franco – Gustavo Corrêa – Ione Pinheiro – Isauro Calais – João Leite – João Magalhães – Luiz Humberto Carneiro – Marília Campos – Noraldino Júnior – Nozinho – Professor Neivaldo – Rogério Correia – Sargento Rodrigues – Tony Carlos – Wander Borges.

Abertura

O presidente (deputado Adalclever Lopes) – Às 9h15min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte**Ata**

– O deputado Dirceu Ribeiro, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)**2ª Fase**

O presidente – Nos termos do edital de convocação, a presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 2ª Fase, com a discussão e votação da matéria constante na pauta, uma vez que não há matéria a ser apreciada na 1ª Fase.

Discussão e Votação de Proposições

O presidente – Prosseguimento da discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.173/2016, do governador do Estado, que fixa os efetivos da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais – PMMG – e do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG – no período de 2016 a 2019. A Comissão de Justiça conclui pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. As Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Justiça. Continua em discussão o projeto. Com a palavra, para continuar a discutir, o deputado Gustavo Corrêa, que ainda dispõe de 2 minutos.

O deputado Gustavo Corrêa – V. Exa. solicita aparte antes de eu falar? Deputado Lafayette de Andrada, tenho apenas 2 minutos, mas, gentil que sou, concedo aparte a V. Exa.

O deputado Lafayette de Andrada (em aparte)* – Vou ser muito breve. Quero registrar que não estou compreendendo o porquê da celeuma na votação desse projeto de lei. A Lei Complementar nº 125/2012 diz, no seu art. 8º: “O soldado de primeira classe, candidato a promoção por tempo de serviço, deverá satisfazer as condições para promoção na data em que completar oito anos de efeito exercício. Parágrafo único: a promoção, a graduação de cabo por tempo de serviço independe de vaga e frequência de curso específico”. Se a lei complementar já prevê isso, por que estamos aqui nessa discussão, nessa celeuma de votar ou não essa lei, e, se não for votada, as promoções serão impedidas no final desta semana? Acho que a lei complementar é muito clara e estou achando que está havendo certa desorganização, não vou dizer do comando da Polícia Militar, mas do comando do governo de Minas Gerais com referência aos policiais militares do nosso estado.

O deputado Gustavo Corrêa – Agradeço-lhe, deputado Lafayette de Andrada. Era exatamente isso que eu ia dizer. Esse governo demonstra, em primeiro lugar, uma desorganização, porque, como sempre, encaminhou o projeto a esta Casa no dia 4 de fevereiro e, na data de ontem, encaminhou uma nova emenda corrigindo o projeto, coisa que vem acontecendo em todos os projetos de autoria do governador do Estado: manda de uma forma e, na sua tramitação, a matéria acaba recebendo inúmeras emendas.

Em segundo lugar, isso mostra o interesse que esse governo tem com a segurança pública do Estado, sobretudo com a Polícia Militar. Se o governo realmente tivesse a visão de querer aprovar esse projeto em curto prazo, teria pedido para ele regime de urgência, como fez com todos os projetos que aqui chegaram, porque, aí, sim, os prazos seriam curtos e já poderíamos aprovar o projeto em 1º turno, na manhã de hoje.

Eram as minhas palavras. Agradeço a V. Exa., presidente Adalclever Lopes.

O presidente – Com a palavra, para discutir o projeto, o deputado Cabo Júlio.

O deputado Cabo Júlio* – Sr. Presidente, deputadas e deputados, estou inscrito para esta discussão até para fazer alguns esclarecimentos aos nobres colegas, que às vezes são induzidos a interpretar erroneamente os fatos. Acredito no seguinte: se não querem entender, não adianta. Pode estar escrito o que for, mas não querem entender. Minha tristeza nisso tudo é que esse não querer entender está prejudicando 2 mil famílias. Vou explicar, então. Vamos lá. Até para conflitar, temos que saber o impacto disso na vida das pessoas.



Existe um conflito, deputado Durval Ângelo, entre duas legislações. Existe uma lei de efetivo na Polícia Militar e no Corpo de Bombeiros que diz o seguinte: a PMMG terá “x” mil soldados, terá “x” cabos, terá um número tanto de 3ºs-sargentos, um número “x” de 2ºs-sargentos, um número “x” de 1ºs-sargentos, até o número de coronéis. São 50 coronéis na Polícia Militar. Isso está previsto na lei de efetivo que foi votada por esta Casa. Da mesma forma, há previsão da lei de efetivo do Corpo de Bombeiros, que prevê a quantidade de soldados do órgão até o nível de coronel.

Bem, vamos lá. Qual é o conflito? Há o conflito com outra legislação: a lei de promoção votada por esta Casa, que define que a promoção de soldado a cabo independe de vagas. Está bom. Existe um número real e um virtual nesse efetivo da Polícia Militar, que hoje tem, aproximadamente, 44 mil homens. A lei de efetivo fala em 51.999, quase 52 mil, ou seja, temos quase 8 mil vagas virtuais. Essa elasticidade existe porque, senão, toda vez que a Polícia Militar for abrir um edital para realização de concurso público para mais 3 mil ou 4 mil vagas, vai ter de enviar à Assembleia um projeto de lei para criar essas vagas. Por isso existe uma elasticidade; e, quando a Polícia Militar alcançar 51.999, mandará para cá uma nova lei de efetivo, com uma margem de vagas virtuais para se abrir novo concurso.

Bem, não existem na lei de efetivos esses 2 mil cargos de cabos. Chegou-se à seguinte conclusão responsável: poderíamos nos basear na lei de promoção e promover independentemente de vagas, mas amanhã, deputado Durval Ângelo, alguém poderia ingressar com uma ação. E às vezes isso acontece para pirraçar o governo, pois existem essas pirraças: “Para pirraçar o governo, vou ingressar na Justiça ou vou ao Ministério Público dizer que o governador Pimentel promoveu 2 mil cabos sem haver previsão na lei de incentivo”. Assim, correremos o risco de esses 2 mil colegas, perdoem-me a palavra feia, serem “despromovidos”.

Para evitar dúvida, decidiu-se enviar à Assembleia uma readequação, uma vez que não se está aumentando o número de 51.999; decidiu-se pegar essas vagas virtuais, que estão sobrando, e transformá-las em vagas de cabo, que é o caso da Polícia Militar, para os colegas não correrem nenhum risco. A responsabilidade foi tamanha, Cel. Gedir – sempre aqui nos assessorando –, que a ideia é promover esses colegas com a data retroativa a 11 de fevereiro, por dois motivos. Primeiro, para que o colega não tenha prejuízo financeiro, possa ser promovido na data retroativa e não tenha prejuízo em seu salário de cabo. O segundo cuidado tomado foi o seguinte: essa promoção impacta outra que virá daqui a oito anos – se Deus quiser, será em sete anos, pois estamos trabalhando nesse sentido –, e queremos promover o colega no curso de sargento. Portanto, tem de ser retroativo para que o colega não tenha prejuízos lá.

Essa é a ideia. E qual era a cronologia prevista? Ontem, votaríamos em 1º turno, pois já votamos na terça-feira, em três comissões – e dirigimos nossos agradecimentos aos deputados da base e aos da oposição, que nos ajudaram; votamos na Comissão de Justiça e, no mesmo dia, nas Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira, tamanho o nosso cuidado. Ontem, quarta-feira, votaríamos em 1º turno, e hoje em 2º turno. O projeto, então, iria à sanção. E o ato de promoção já está até assinado e pronto, dependendo da sanção da lei. Entretanto, deputado Durval Ângelo, vem aquela questão: temos de apunhalar o governo, temos de ser contra. E, ao ser contra, jogaram contra o próprio time.

Essa disputa é natural. A disputa entre governo e oposição é natural; existe em âmbito municipal, estadual e federal. Esse conflito faz bem para a democracia, até para melhorar os projetos. Mas o mesmo não é válido quando se faz uma oposição por oposição, quando se briga com o governo e se prejudicam 2 mil soldados. Aí considero que foi algo fora de propósito.

Há muitos colegas que não acompanham a Assembleia. Esses colegas vão chegar ao quartel na sexta-feira fardados de cabo e vão ouvir: “Volte para casa, tire sua farda e coloque a de soldado, porque você não foi promovido. Apresentaram na Assembleia uma emenda protelatória”. A emenda é protelatória porque estamos discutindo, deputado Durval Ângelo, lei de efetivo. A ideia é aporrinhar do jeito certo para ficar bonito. Então vamos fazer uma emenda que nada tem a ver com o texto, uma emenda “frankenstein”, que fale sobre data de pagamento num projeto que não trate de pagamento. É uma emenda estranha ao texto.



Faço menção aqui ao art. 228 do Regimento Interno: “Não será recebida a emenda que não for pertinente ao assunto versado na proposição principal”. Onde, no projeto da lei de efetivo, se trata esse assunto da emenda? Em lugar nenhum. Então o intuito não é uma ideia democrática de contribuir para o debate, de fazer com que o governo pague no quinto dia útil. Bacana, legal, ninguém em sã consciência é contra isso, mas é uma emenda para aporrinhar o governo e atrapalhou a vida de 2 mil colegas. A emenda não tem nada a ver. E duvido que ela seja admitida pela Mesa. Já conversamos com a assessoria técnica, e a orientação para a Mesa – mas a decisão é da Mesa e vamos respeitar, qualquer que seja – é que a emenda é impertinente, não tem nada a ver com o texto, é estranha ao texto. Ou seja, uma emenda impertinente vinda de uma briga com o governo está atrapalhando a vida dos colegas. Acho que temos de realmente fazer esse debate, fazer essa discussão, isso faz parte do jogo político, mas prejudicar quem não tem nada a ver? O que um soldado de Uberlândia tem a ver com a nossa briga política? Nada. O que um soldado de Juiz de Fora, terra de “mainha”, tem a ver com essa briga?

O deputado Lafayette de Andrada (em aparte)* – Só quero verbalizar minha opinião sobre essa questão. Não especificamente sobre esse projeto, mas de modo geral. Dizer que a emenda é estranha ao projeto? Toda emenda é estranha ao projeto, senão teríamos de votar o projeto como um todo. Discordo um pouco disso. Eu concordo é com o seguinte: um projeto como esse que está tratando de lei de efetivo de policiais – se eu for tratar de enfermeiras, está inteiramente estranho, mas falar da remuneração dos militares na lei de efetivo dos militares não acho que seria estranho. Se for assim, para não ser recebido não pode mais ter emenda, porque toda emenda será estranha ao projeto. Era essa a consideração que eu queria fazer para que Mesa ponderasse sobre esse tema. Muito obrigado, deputado Cabo Júlio.

O deputado Cabo Júlio* – Muito obrigado. Então, concluindo, o que o soldado de Juiz de Fora tem a ver com a nossa disputa política? Nada, mas acaba sendo vítima de tudo isso. Então, presidente, fazemos um apelo àqueles colegas que fazem política com o fígado, pois há 2 mil famílias envolvidas. Nosso cuidado é para que amanhã não seja feito qualquer questionamento. Mas fiquem tranquilos os colegas porque estamos trabalhando – o ato já está pronto para eles serem promovidos – para que os colegas não tenham prejuízo em razão de uma disputa política com que eles não têm nada a ver.

O deputado Rogério Correia (em aparte)* – Deputado Cabo Júlio, minha opinião é igual à sua. V. Exa. explicou bem a necessidade de se aprovar o projeto para fazer as promoções. Cerca de 2 mil soldados serão promovidos a cabo. Não podemos ficar com essa pendência por causa de uma emenda. A emenda está atrapalhando o projeto. A oposição poderia fazer a emenda e outro projeto de lei. Rapidamente isso seria resolvido. Retira a emenda e faz outro projeto de lei. Isso nos possibilitaria votar hoje. Podemos votar isso hoje à tarde, basta retirar a emenda. Agora não há mais jeito de votar.

Questões de Ordem

O deputado Rogério Correia – Vou, aliás, pedir ao presidente Adalclever Lopes que encerre a reunião de plano, porque não há quórum.

O deputado Cabo Júlio – Presidente, mantenha o meu tempo, por favor.

O presidente – Seu tempo será preservado. Tendo em vista a importância da matéria constante na pauta, a presidência solicita ao secretário que proceda à chamada dos deputados para a recomposição de quórum.

O secretário (deputado Ulysses Gomes) – (– Faz a chamada.)

O presidente – Responderam à chamada 20 deputados. Portanto, não há quórum para a continuação dos trabalhos. Portanto, o deputado Cabo Júlio fica com o tempo preservado de 42 minutos.

Encerramento

O presidente – A presidência encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada. Levanta-se a reunião.

* – Sem revisão do orador.

**ATA DA 14ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DAS BARRAGENS, EM 28/1/2016**

Às 10h15min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Agostinho Patrus Filho, Rogério Correia, Bonifácio Mourão, Gil Pereira e Gustavo Valadares, membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Antônio Carlos Arantes. Havendo número regimental, o presidente, deputado Agostinho Patrus Filho, declara aberta a reunião e, nos termos do art. 120, III, do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a debater as consequências do rompimento da barragem de rejeitos da Samarco, no Município de Mariana. A seguir, comunica o recebimento de correspondência do deputado federal Sarney Filho, na qual menciona propostas legislativas sugeridas pela Comissão Externa do Rompimento da Barragem de Mariana, da Câmara dos Deputados; e de ofícios dos Srs. Sérgio Antônio Gonçalves, chefe de gabinete do Instituto Chico Mendes, e Murilo Pinto de Oliveira Ferreira, indicando, respectivamente, os Srs. Mário Douglas Fortini de Oliveira e Marcelo Fenelon para representá-los nesta reunião. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Sinara Inácio Meireles Chenna, diretora-presidente da Copasa-MG; Vanessa de Oliveira Gaudereto, superintendente federal da Pesca e Aquicultura em Minas Gerais, e Letícia Oliveira, coordenadora estadual do Movimento dos Atingidos por Barragens; e os Srs. Luiz Tadeu Martins Leite, secretário de Estado de Desenvolvimento Regional, Política Urbana e Gestão Metropolitana; Onofre Alves Batista Júnior, advogado-geral do Estado; Danilo Antônio de Souza Castro, procurador-chefe da consultoria jurídica da Advocacia-Geral do Estado; Marcelo Belisário, superintendente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – Ibama – em Minas Gerais, representando a Sra. Marilene de Oliveira Ramos Murias dos Santos, presidente do órgão; Marcus Vinícius Araújo Mello de Oliveira, especialista em Recursos Hídricos da Superintendência de Fiscalização da Agência Nacional de Águas, representando Vicente Andreu Guillo, diretor-presidente; Edmundo Antônio Dias Netto Junior, procurador regional dos Direitos do Cidadão da Procuradoria da República em Minas Gerais; Daniel Oliveira de Ornelas, promotor de justiça, representando Carlos Eduardo Ferreira Pinto, coordenador-geral das Promotorias de Meio Ambiente por Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais e coordenador do Núcleo de Resolução de Conflitos Ambientais do Ministério Público de Minas Gerais; Marcos Paulo de Souza Miranda, coordenador da Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico de Minas Gerais; Vladimir de Souza Rodrigues, defensor público, representando a Sra. Cleide Aparecida Nepomuceno, coordenadora da Defensoria Especializada em Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais; Marcelo Guimarães Fenelon, diretor técnico de Ferrosos da Vale S/A, representando Murilo Pinto de Oliveira Ferreira, diretor-presidente; José Luiz Furquim Werneck Santiago, gerente-geral de Planejamento e Controle, e Marcio Isaías Perdigão Mendes, gerente-geral de Meio Ambiente e Licenciamento, representando Roberto Lúcio Nunes de Carvalho, diretor-presidente da Samarco Mineração S.A.; Mário Douglas Fortini de Oliveira, coordenador regional do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade em Lagoa Santa, representando Cláudio Maretti, presidente; Frederico Lourenço Ferreira Delfino, diretor de Operação Sul da Copasa-MG; Guilherme de Sá Meneghin, promotor de justiça da Comarca de Mariana; Marino D'Angelo, Antônio Pereira Gonçalves e Sérgio Fábio do Carmo, atingidos pelo rompimento da barragem de rejeitos da Samarco, que são convidados a tomar assento à mesa. O presidente, na qualidade de autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais e passa a palavra aos demais autores do requerimento. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A presidência recebe em reunião solicitações da Sra. Marcela Carvalho Rola, secretária municipal de Saúde de Barra Longa, encaminhadas à Samarco Mineração S.A., à BHP Billiton e à Vale S.A. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 16 de fevereiro de 2016.

Agostinho Patrus Filho, presidente – Marília Campos – Celinho do Sinttrocel – Rogério Correia – Bonifácio Mourão – Gustavo Corrêa.



ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 23/2/2016

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações e atos da presidência. Apreciação de pareceres, requerimentos e indicações.

2ª Fase

(das 16h15min em diante)

Prosseguimento da discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.173/2016, do governador do Estado, que fixa os efetivos da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais – PMMG – e do Corpo de Bombeiro Militar de Minas Gerais – CBMMG – no período de 2016 a 2019. A Comissão de Justiça conclui pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. As Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Justiça.

3ª Fase

Pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9 HORAS DO DIA 23/2/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 2.885, 2.888, 2.893, 3.022 e 3.032/2015, do deputado Cabo Júlio; 3.769 e 3.770/2016, do deputado Noraldino Júnior; e 3.773 e 3.774/2016, do deputado Sargento Rodrigues.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

3ª Parte

Audiência pública para debater o longo período para a formalização do Redes nº 2015-009850597-001 na Delegacia de Polícia Civil, com prejuízo ao policiamento militar.



Recebimento e votação de requerimentos.

ORDEM DO DIA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 23/2/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 3.289/2015, do deputado Douglas Melo; 3.341/2015, do deputado Carlos Pimenta; 3.349/2015, do deputado Douglas Melo; 3.386, 3.388 a 3.390, 3.392, 3.394 e 3.396 a 3.398/2015, do deputado Carlos Pimenta; 3.414 a 3.421/2015, do deputado Bosco; 3.522/2015, do deputado Dalmo Ribeiro Silva; 3.527/2015, do deputado Gil Pereira; 3.697 a 3.699/2016, da deputada Ione Pinheiro; 3.700 a 3.715/2016, do deputado Wander Borges; 3.754 a 3.760 e 3.762 a 3.766/2016, da deputada Ione Pinheiro; 3.775/2016, do deputado Wander Borges; 3.813 a 3.817/2016, do deputado Dalmo Ribeiro Silva; e 3.825 a 3.827/2016, do deputado Ivair Nogueira.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10H30MIN DO DIA 23/2/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 11 HORAS DO DIA 23/2/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 3.095/2015, do deputado Douglas Melo, e 3.101/2015, do deputado Arnaldo Silva.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 23/2/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 2º turno: Projeto de Lei nº 3.173/2016, do governador do Estado.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:



Requerimentos n°s 3.658/2016, do deputado Celinho do Sinttrocel; 3.767/2016, do deputado Duarte Bechir; e 3.829 e 3.832/2016, da Comissão de Desenvolvimento Econômico.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 23/2/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimento n° 3.818/2016, do deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 23/2/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos n°s 3.738/2016, do deputado Dalmo Ribeiro Silva; 3.739, 3.777 e 3.781 a 3.785/2016, do deputado Noraldino Júnior; e 3.768/2016, do deputado Anselmo José Domingos.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15H30MIN DO DIA 23/2/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 23/2/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.



ORDEM DO DIA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE AO USO DE CRACK E OUTRAS DROGAS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 23/2/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 1.256/2015, do deputado Léo Portela; 2.809/2015, do deputado Fabiano Tolentino; e 2.947/2015, do deputado Cássio Soares.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 24/2/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.



EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Assembleia Legislativa

O presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembleia para as 18 horas do dia 23 de fevereiro de 2016, destinada, na 1ª Parte, à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; na 2ª Parte, 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos; e na 2ª Fase, à apreciação do Projeto de Lei nº 3.173/2016, do governador do Estado, que fixa os efetivos da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais – PMMG – e do Corpo de Bombeiro Militar de Minas Gerais – CBMMG – no período de 2016 a 2019; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 22 de fevereiro de 2016.

Adalclever Lopes, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Visita da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Nos termos regimentais, convoco a deputada Marília Campos e os deputados Inácio Franco, Dilzon Melo e Iran Barbosa, membros da supracitada comissão, para a visita a ser realizada em 23/2/2016, às 11 horas, na Lagoa do Matadouro, em Sete Lagoas, com a finalidade de averiguar denúncias da existência de fumaça tóxica que emana da lagoa, causando transtornos aos moradores e afetando a saúde da população que reside na região.

Sala das Comissões, 22 de fevereiro de 2016.

Cássio Soares, presidente.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Extraordinária da Comissão Extraordinária das Barragens**

Nos termos regimentais, convoco a deputada Celise Laviola e os deputados Rogério Correia, João Magalhães, Bonifácio Mourão, Cássio Soares, Celinho do Sinttrocel, Gil Pereira, Gustavo Corrêa, Gustavo Valadares e Thiago Cota, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 23/2/2016, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a presença de convidados, com a finalidade de debater o andamento das investigações realizadas pela Polícia Civil do Estado sobre o rompimento da barragem de rejeitos da Samarco Mineração; e de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 22 de fevereiro de 2016.

Agostinho Patrus Filho, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição e Justiça**

Nos termos regimentais, convoco os deputados João Alberto, Antônio Jorge, Bonifácio Mourão, Cristiano Silveira, Isauro Calais e Luiz Humberto Carneiro, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 23/2/2016, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para Turno Único do Projeto de Lei nº 3.104/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, de discutir e votar os Pareceres para o 1º Turno dos Projetos de Lei nºs 2.856/2015, dos deputados Fred Costa e Noraldino Júnior, 194/2015, do deputado Fred Costa, 531/2015, do deputado Doutor Wilson Batista, 567/2015, do deputado Sargento Rodrigues, 658/2015, do deputado Fred Costa, 751/2015, do deputado Fábio Cherem, 920/2015, do deputado Braulio Braz, 935/2015, do deputado Alencar da Silveira Jr., 1.067/2015, do deputado Sargento Rodrigues, 1.122/2015, do deputado Anselmo José Domingos, 1.156 e 1.163/2015, do deputado Alencar da Silveira Jr., 1.464/2015, do deputado Noraldino Júnior, 1.563/2015, do deputado Tiago Ulisses, 1.570/2015, do deputado Bonifácio Mourão, 1.571/2015, do deputado João Leite, 1.615/2015, do deputado Agostinho Patrus Filho, 1.682/2015, do deputado Tony Carlos, 1.727/2015, do deputado Luiz Humberto Carneiro, 1.836/2015, da deputada Marília Campos, 2.046 e 2.047/2015, do deputado Inácio Franco, 2.288/2015, do deputado Fred Costa, 2.514/2015, do deputado Arlen Santiago, 2.524/2015, do deputado Gilberto Abramo, 2.601/2015, do deputado Anselmo José Domingos, 2.669/2015, do deputado Antônio Jorge, 2.690/2015, do deputado Rogério Correia, 2.701 e 2.728/2015, do deputado Antônio Jorge, 2.772/2015, dos deputados Gustavo Corrêa e outros, 2.876/2015, do deputado Felipe Attiê, 2.919/2015, do deputado Léo Portela, 2.999/2015, da deputada Marília Campos, 3.022 e 3.064/2015, do deputado Antônio Jorge, 3.153/2015, do deputado Lafayette de Andrada, e de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 22 de fevereiro de 2016.

Leonídio Bouças, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Administração Pública**

Nos termos regimentais, convoco a deputada Cristina Corrêa e os deputados Agostinho Patrus Filho, Cabo Júlio, Fábio Cherem, Gustavo Corrêa e Gustavo Valadares, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 23/2/2016, às 18 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para o 2º Turno do Projeto de Lei nº 3.173/2016, do governador do Estado, e de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 22 de fevereiro de 2016.

João Magalhães, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Visita da Comissão de Cultura**

Nos termos regimentais, convoco as deputadas Cristina Corrêa e Ione Pinheiro e os deputados Thiago Cota e Wander Borges, membros da supracitada comissão, para a visita a ser realizada em 25/2/2016, às 10 horas, ao Teatro Municipal de Ibitiré, com a finalidade de acompanhar o Secretário de Estado de Cultura em sua visita às instalações do local.

Sala das Comissões, 22 de fevereiro de 2016.

Bosco, presidente.

**PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR****4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA****Discursos Proferidos em 17/2/2016**

O deputado Felipe Attiê – Sr. Presidente em exercício nesta Casa, pai das modificações do Regimento Interno, como o chamamos hoje pela manhã devido à sua dedicação, deputado Hely Tarquínio, que muito nos honra no seu exercício da presidência.

Deputados, deputadas, presidente, eu, pela minha formação, pela minha natureza, resolvi, em vez de estudar medicina, fazer o curso de administração na Universidade Federal de Uberlândia – UFU – à noite e de economia de manhã e à tarde. O curso de medicina era puxado, então resolvi fazer dois ao mesmo tempo. Queria fazer engenharia, mas a lei não permitia fazer mais do que dois cursos na UFU. Tive aula com o Prof. Jair Forte, de princípios contábeis, que me ensinou o balanço, me apresentou a contabilidade, que é uma ciência exata, precisa. Aprendemos Contabilidade I, Contabilidade II, Custo de Produção I, Custo de Produção II, e fomos fazendo a grade, análise de investimento, análise financeira, matemática financeira, formamo-nos nessa área.

Chegamos à Assembleia, ao governo de Minas, e vemos mais uma vez a fraude contábil. Não podemos ver a fraude contábil imperar, a fraude da cara lavada, da cara sem vergonha. Protocolei no Tribunal de Contas do Estado – TCE – uma denúncia contra o governo do Estado, governador, secretário de Planejamento e secretário de Fazenda, por um trambique que fizeram. Hoje podemos dizer que Minas Gerais está com uma fraude contábil. Qual é essa fraude contábil? É o absurdo que o governo fez, pegando o dinheiro dos depósitos judiciais, conforme o anexo da execução orçamentária dos meses de novembro e dezembro. Isso é nada mais do que um empréstimo disfarçado, ilegal, porque, para fazê-lo, o Estado deveria pedir autorização ao Senado. Um empréstimo de um dinheiro que estava no Tribunal de Justiça. O Estado pegou esse dinheiro e lançou como outras receitas correntes, como está escrito aqui: quase cinco bilhões como outras receitas correntes.

D. Maria, Sr. Joaquim, a senhora e o senhor que estão demandando o dinheiro do aluguel, da videolocadora, que o Sr. Joaquim quis aumentar acima da inflação de forma irregular no primeiro ano, e a senhora depositou em juízo... Sr. Joaquim, o dinheiro do senhor não parece ser empréstimo como está na lei, não, é receita.

Eu fui ao TCE de Minas Gerais para protocolar essa denúncia porque o nosso caro Aliomar Baleeiro, grande administrativista, um sujeito que expressa o que é a contabilidade pública, define que receita é aquilo que não causa correspondência no passivo. O Estado deve à D. Maria e ao Sr. Joaquim o dinheiro da demanda dos dois que pegou para gastar, e o Estado simplesmente lançou como outras receitas correntes, para fazer uma fraude. Para fazer com que a Lei de Responsabilidade Fiscal fosse fraudada. Ele arrumou uma forma de lançar 5 bilhões a mais para não desrespeitar o limite de pessoal da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Isso é uma fraude ridícula. Não encontramos um jurista, um contador, um administrador capaz de justificar que os depósitos judiciais, nos quais o governo de Minas Gerais passou a mão, são outras receitas correntes. É lógico que não é



receita, é lógico que é um empréstimo, é lógico que isso não poderia entrar nas outras receitas para parecer que o Estado arrecadou mais e não saiu na Lei de Responsabilidade Fiscal. Isso é uma fraude contábil, isso é uma fraude financeira que o Estado está fazendo, isso é um absurdo, e não podemos contestar.

Espero que os senhores conselheiros decidam sobre isso e não permitam que ocorra. Se permitir que o governo do Estado de Minas Gerais lance em outras receitas correntes o dinheiro dos depósitos compulsórios, o TCE não serve para nada, não tem função, porque é lógico que isso é um empréstimo disfarçado.

Aliomar Baleeiro, em sua obra *Uma introdução às ciências das finanças*, conceitua como receita pública a entrada de recursos ao patrimônio público sem reservas, condições ou correspondência no passivo. Esse é o conceito de receita pública. Mas o nosso caso tem reserva, porque o dinheiro não é do Estado, e tem correspondência, porque o Estado tem de pagar a correção monetária e os juros, que estão a 15% ao ano. Ou seja, de cada R\$1.000,00 que a D. Maria põe na sua demanda judicial, todos os anos o governo terá de pagar correção de R\$150,00. O governo passou a mão no dinheiro que a D. Maria e o seu Joaquim têm na demanda e agora, de cada R\$1.000,00, terá de pagar de R\$140,00 a R\$150,00 de juros e correção – pelas contas que fiz, de 14% a 15% de cada R\$1.000,00 que tomou emprestado.

Mas, senhores advogados, o Estado não vai pagar isso. Se o TCE permitir que esse dinheiro do confisco dos depósitos judiciais seja lançado em outras receitas correntes, o Estado vai dar o calote na senhora, D. Maria, e no senhor, seu Joaquim, porque vai pagar em precatório – ou seja, quando sua demanda chegar ao fim, não terá dinheiro. Isso, presidente, é um absurdo, uma fraude na contabilidade de Minas para burlar a Lei de Responsabilidade Fiscal. Isso é abusar do nosso QI. Isso é abusar da malandragem, do cinismo, e não pode perdurar. Onde já se viu dizer que o dinheiro dos depósitos judiciais são outras receitas, se tem a obrigação, no passivo, de devolver e de corrigir e pagar os juros? Isso é uma vergonha que não podemos permitir.

Aí vem o secretário, com sua cara lavada, e diz que a queda na receita impõe déficit em 2015. É o secretário que está falando. Eles ficam dizendo que o déficit é do Alberto, mas o déficit é de quem está governando, porque, nos 12 meses, ele só ocorre nos dias em que você paga as despesas e apura a receita. No final do ano, tem-se o déficit consolidado, que o secretário diz que se deve à queda da receita. Ele disse isso em todos os jornais: no *Hoje em Dia* em 29 de janeiro, no *Estado de Minas* e em outros. Foi essa a sua explicação para o déficit que tivemos no ano passado, na sua fala, de R\$8.900.000.000,00. Mas o déficit é de R\$8.900.000.000,00? E os R\$5.000.000.000,00 dos depósitos judiciais? O déficit é de R\$14.000.000.000,00, porque essa receita só existe uma vez e não mais. Isso foi um assalto. Não foi a banco, porque o Tribunal de Justiça não é um banco, mas foi um assalto legal, autorizado pelo Poder Judiciário e pela Assembleia de Minas, que está com arguição de inconstitucionalidade e ilegalidade no STF, aguardando.

O pior de tudo é que, além de assaltar, contabilizou onde não precisa devolver, onde não precisa pagar, senhores desembargadores: contabilizou em outras receitas correntes. Não tem contrapartida do Estado. O Estado não tem, legalmente, em sua contabilidade, nada que garanta o dinheiro de terceiros em que ele passou a mão. Para que fizeram isso? Para fraudar a Lei de Responsabilidade Fiscal, para falar que o déficit não é de R\$14.000.000.000,00, mas de R\$8.900.000.000,00. O que eles teriam de fazer com os depósitos judiciais? Teriam de assumir a mentira que pregaram de que tinham deixado um déficit de R\$7.000.000.000,00. Mas não precisa deixar déficit. É só sair cortando salário, cortando despesa, cortando tudo o que há que se acaba com o déficit. Mas tem peito? Foi isso o que prometeu na campanha política? Não. Então, vai ter o déficit, mas quem o faz é quem governa. Quem vai fazer o déficit ou o superávit deste ano é o governador deste ano. E o Alberto deixou R\$1.100.000.000,00 em seu último ano, conforme o Banco Central. Mas aqui ficamos escutando essas conversas.

O deputado João Leite (em aparte)* – Muito obrigado, deputado Felipe. Acompanho sempre e atentamente seus pronunciamentos, com os quais aprendo muito. A denúncia que V. Exa. faz é da maior gravidade. Ainda bem que a faz. Quero parabenizá-lo, pois V. Exa. já apresentou denúncia ao TCE. Além da sua fala, que é respeitada e ouvida, V. Exa. formalizou e está cobrando do TCE. Considero mais grave ainda o que V. Exa. disse sobre a D. Maria, essa senhora do povo, ou o Sr. Joaquim, esse senhor do povo. A questão é mais grave porque esse dinheiro é do incapaz. Esse dinheiro em que o governo do



Estado, ou seja, em que o governo do PT meteu a mão é do incapaz, da pensão alimentícia. Se está nas outras despesas correntes...

O deputado Felipe Attiê – Outras receitas correntes.

O deputado João Leite (em aparte)* – ... outras receitas, não tem a obrigação de pagar ao incapaz. Por exemplo, o marido abandonou a mulher e está lá aquela criança que precisa da pensão alimentícia. Isso está *sub judice*. E agora onde está esse dinheiro?

O deputado Felipe Attiê – Por fora, fora da contabilidade, de tudo, na conversa, no fiado. Não aparece o que deve na contabilidade da dívida do Tribunal de Justiça, João Leite. O pior de tudo: fraudaram a contabilidade jogando em receitas para burlarem a Lei de Responsabilidade Fiscal. Esse é o PT que conhecemos.

O deputado João Leite (em aparte)* – É mais grave, então. Não é um adulto, não é um capaz, mas o incapaz, aquela criança que depende da pensão alimentícia. Foi nesse dinheiro que meteram a mão.

Encerrando, quero concordar com V. Exa. Quem construiu o déficit foi quem governou em 2015. Vejam aquela faixa ali: a máquina pública aumentou seu gasto em R\$3.000.000.000,00 em 2015. Então, foi de R\$3.000.000.000,00 o aumento do gasto. O Sr. Helvécio ganha R\$90.000,00 por mês. Aumentaram o jetom dos conselheiros para aumentar o salário do secretário e ampliaram o número de secretarias. Isso produz o que V. Exa. denuncia: um gasto maior. É aquele chefe de família que gasta mais do que recebe. Antigamente, em Minas Gerais, o PT criticava muito o choque de gestão, mas implantou o apagão da gestão no Estado. Parabéns.

O deputado Felipe Attiê – O PT não tem gestão. O pior de tudo não é isso, João Leite. A OAB não poderia permitir isso. Hoje, na contabilidade de Minas Gerais, não há a dívida dos R\$5.000.000.000,00 de terceiros em que o governo de Minas passou a mão. Senhores advogados, na hora que vencerem um pleito e uma situação ao final, onde estará esse dinheiro? Onde está a contabilização disso? Onde está a legalidade? Não, o dinheiro entrou como outras receitas correntes, como entra o ICMS, o IPVA, o ITCD. Absurdo. A OAB e o Tribunal de Justiça não podem permitir isso. Passam a mão nesse dinheiro e ainda fazem uma fraude contábil e uma armação para burlar a Lei de Responsabilidade Fiscal? Isso é uma vergonha. Denunciamos ao TCE, que tem de ser rápido, agir e mandar o governo refazer sua contabilidade.

Isso é uma vergonha, presidente. Não podemos aceitar isso. Esse secretário tem de parar de malabarismo, trambiques, invenção, sei mais lá o quê e tratar de produzir resultados reais e palpáveis, com uma boa reforma administrativa e tudo o que precisa ser feito, embora o governador já tenha perdido o *time* para fazer isso. Como fará reforma no segundo ano? Às vésperas de eleições municipais? Duvido. Isso acarretará, no segundo semestre, uma grande dificuldade de pagar aos funcionários públicos, como temos avisado desde abril do ano passado.

Então minha denúncia no Tribunal de Contas do Estado. Espero que esse tribunal... Como eu disse, nunca um dinheiro pego do Tribunal de Justiça poderia ser considerado como receita e ICMS. Na verdade, ele é algo que está no passivo do Estado, que aliás deve isso à D. Maria, ao seu Joaquim, ao Tribunal de Justiça. Só que não contabilizou assim, mas com fraude para burlar a Lei de Responsabilidade Fiscal, retirando a garantia do cidadão. A OAB, os advogados e a magistratura não podem aceitar a forma como foram contabilizados os depósitos judiciais no Estado de Minas Gerais no fechamento do ano. É uma vergonha e uma fraude contábil. Muito obrigado.

* – Sem revisão do orador.

A deputada Geisa Teixeira – Boa tarde a todos. Gostaria de ler um texto de Miriam Ilza Santana, sobre o nosso ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. (- Lê:)

“Lula participou de várias eleições antes de subir a rampa do Palácio do Planalto como chefe maior da Nação. Candidatou-se no ano de 1989, derrotado pelo ex-presidente Fernando Collor de Mello. Em 1994 foi vencido pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso; em 1998, foi extenuado pela reeleição de Fernando Henrique Cardoso; em 2002, sai

vitorioso das eleições na corrida contra José Serra, então candidato do ex-presidente FHC; e em 2006, é reeleito na realização de um 2º turno contra Geraldo Alckmin, da coligação PSDB-PFL.

A eleição de 2002 foi surpreendente. O então candidato Luiz Inácio Lula da Silva conquistou mais de 58 milhões de votos, atingindo um índice de aprovação não alcançado em nenhuma de suas três tentativas anteriores. A posse se deu em 1º/1/2003, acompanhado por um grupo parlamentar minoritário formado por PT, PSB, PCdoB e PL. Foi escolhido para vice José de Alencar Gomes da Silva, pertencente ao PL. Seu mandato caracterizou-se pela não interrupção da estabilidade econômica do governo anterior, manutenção da balança comercial com um superávit – quando há excesso da receita sobre a despesa num orçamento –, em fase de crescimento, e intensas negociações com a Organização Mundial do Comércio – OMC. Obteve êxito com a diminuição, em cerca de R\$168.000.000.000,00, da dívida externa, porém não conseguiu frear o aumento da dívida interna, que pulou do patamar de R\$731.000.000.000,00 no ano de 2002 para R\$1.000.000.000.000,00 em fevereiro de 2006.

No campo da política fiscal e monetária, no entanto, o governo vem se mostrando relutante em fazer grandes transformações, optando pela manutenção do Estado tradicional. Facultou ao Banco Central autonomia política para manter a taxa de inflação sob controle, seguindo o objetivo determinado pelo governo. O governo Lula emprega uma fatia do seu orçamento em programas de caráter social como o Bolsa Família. Instituído no ano de 2004, reformulado e fundido em um só programa de transferência de renda, provê famílias que se encontram em estado de pobreza e também as que estão em um nível baixíssimo de pobreza. Para se manterem no programa, essas famílias precisam seguir à risca algumas regras: as crianças com até 15 anos de idade obrigatoriamente precisam conservar-se na escola e ter constância mínima de 85%, bem como manter em dia as carteiras de vacinação. É o programa mais importante do governo Lula.

Segundo levantamentos estatísticos, cerca de 11 milhões de famílias já foram contempladas. A aplicação de capitais prevista para o ano de 2008 é de R\$10.900.000,00. Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – Peti –, implantado em 1996, ainda durante a administração do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, tem como principal meta retirar as crianças e adolescentes de faixa etária entre 7 e 15 anos do trabalho infantil que traga perigo a sua saúde e segurança. O projeto cede bolsas mensais por volta de R\$40,00, com o intuito de manter estas crianças e adolescentes na escola durante um determinado período e no tempo restante proporcionar-lhes atividades culturais, esportivas, artísticas e de lazer. Já foram favorecidas 875 mil crianças e adolescentes. Capital previsto para 2008: R\$368.000.000,00.

Luz para Todos, criado em novembro de 2003, com o objetivo de proporcionar energia elétrica a 10 milhões de brasileiros moradores de áreas rurais, até o ano de 2008, concedendo a todos os brasileiros o direito à luz. Contemplados 7,2 milhões. Previsão para 2008: contemplar mais 3,5 milhões de pessoas.

Brasil Alfabetizado e Educação de Jovens e Adultos: programa predeterminado para contemplar pessoas com 15 anos ou mais, em parceria com estados, municípios, universidades, empresas privadas, organizações não governamentais, corporações internacionais e instituições civis, todas contra o analfabetismo. Programa conhecido como EJA – Educação de Jovens e Adultos. Foram contempladas 8,9 milhões de pessoas. Orçamento previsto para 2008: R\$381.000.000,00.

ProUni: instituído também durante o ano de 2004, o Programa Universidade para Todos tem como meta possibilitar a admissão de jovens com baixa renda no ensino superior, por meio de bolsas de estudo integrais ou parciais. São contemplados estudantes que cursam graduação em escolas privadas de nível superior. As instituições que concordam em participar são isentadas de alguns impostos. A seleção é feita levando-se em consideração o resultado final dos estudantes no Enem – Exame Nacional do Ensino Médio – e a situação socioeconômica de cada estudante.

Durante o governo Lula, o risco Brasil teve o mais baixo índice já visto na história do País. Porém, nem tudo foi um mar de rosas durante o governo petista. Várias crises surgiram em decorrência de denúncias de corrupção em empresas do Estado, como, por exemplo, o mensalão, o escândalo dos Correios e vários outros que derrubaram diversos ministros, entre eles José Dirceu, Antônio Palocci, Benedita da Silva, entre outras personalidades de peso dentro do PT.”



Principais realizações do governo Lula: reduziu a inflação de 12,5%, em 2002, para 4,3%, em 2009, ao ano; a taxa média anual de inflação no governo Lula – 6% ao ano – é menos da metade da que tivemos no governo FHC – 12,5% ao ano. Aumentou o salário mínimo para o seu maior patamar em 40 anos, com um aumento real de 74% entre 2003 e 2010; reduziu a relação dívida-PIB de 51,3%, em 2002, para 36% do PIB, em 2008; acumulou um superávit comercial de US\$252.000.000.000,00 – 2003-2010; pagou toda a dívida com o FMI e com o Clube de Paris, e o Brasil se tornou credor do FMI, algo inédito na história do País, para quem emprestou US\$10.000.000.000,00. Hoje a dívida externa líquida é negativa em US\$65.000.000.000,00. Reduziu o déficit público nominal de 4% do PIB, em 2002, para 1,9% do PIB, em 2008; ampliou a capacidade de investimentos do Estado. Os investimentos do governo federal e das estatais para 2009 estão previstos em R\$90.000.000.000,00; em 2010 eles estão programados para chegar a R\$119.000.000.000,00. Aumentou as exportações de US\$60.000.000.000,00 por ano, em 2002, para US\$198.000.000.000,00 por ano, em 2008, acumulando um crescimento de 230% em seis anos. Em 2010, as exportações superaram US\$200.000.000.000,00, o que aconteceu pela primeira vez na história do Brasil.

Aumentou as reservas internacionais líquidas de US\$16.000.000.000,00, em 2002, para US\$285.000.000.000,00, em novembro de 2010; ampliou o Pronaf de R\$2.500.000.000,00 ao ano, em 2002, para R\$16.000.000.000,00 ao ano, em 2010; a concentração de renda e as desigualdades sociais diminuíram sensivelmente; o índice de Gini atingiu o menor patamar da história; gerou 15 milhões de empregos formais entre 2003 e 2010; reduziu o percentual da população brasileira que vive abaixo da linha de pobreza de 28%, em 2002, para 19%, em 2006, segundo o Ipea; elevou os gastos sociais públicos para 21% do PIB; o BNDES emprestou R\$137.000.000.000,00, em 2009, para o setor produtivo, contra cerca R\$22.000.000.000,00, em 2002; fez o Brasil se tornar credor externo, com um saldo positivo de US\$65.000.000.000,00, algo inédito na história do País; criou programas sociais inclusivos, como Bolsa Família, ProUni, Brasil Sorridente, Farmácia Popular, Luz para Todos, entre outros, que beneficiaram os pobres e miseráveis e contribuíram para melhorar a distribuição de renda; iniciou, Professor Neivaldo, novas grandes obras de infraestrutura, rodovias, ferrovias, usinas hidrelétricas, etc., financiadas tanto com recursos públicos como privados. Exemplos: usina do Rio Madeira, Transnordestina, Ferrovia Norte-Sul, recuperação das rodovias federais, duplicação de milhares de quilômetros de rodovias; anulou portaria do governo FHC que proibia a construção de escolas técnicas federais e iniciou a construção de dezenas de novas unidades, que foram transformadas em institutos superiores de educação tecnológica, são 214 novas escolas técnicas federais construídas entre 2003 e 2010; criou o Reuni, que iniciou um novo processo de expansão das universidades públicas, aumentando consideravelmente o número de universidades, de câmpus e de vagas; os lucros do setor produtivo cresceram quase 200%, no primeiro mandato, em relação ao governo FHC; fez o Estado voltar a atuar como importante investidor da economia. Exemplos disso: a criação da BrOi, que tem 49% do seu capital nas mãos do Estado; a compra e incorporação de bancos estaduais pelo Banco do Brasil, da Nossa Caixa, do Piauí, Santa Catarina e Espírito Santo, evitando que fossem privatizados; a participação da Petrobras em duas grandes petroquímicas nacionais; o aumento da participação dos bancos públicos, BNDES, CEF, BB, BNB, no fornecimento de crédito para a economia do País; elevou o volume de crédito na economia brasileira em cerca de 23% do PIB, em 2002, para 46% do PIB, em 2010; criou o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, que prevê investimentos públicos e privados de R\$646.000.000.000,00, entre 2007 e 2010; até 2013 os investimentos previstos chegaram a R\$1.140.000.000.000,00; reduziu a taxa de desemprego de 10,5%, em dezembro de 2002, para 6,8%, em dezembro de 2008; reduziu os gastos públicos com pagamento de juros da dívida pública para 5,9% do PIB em 2008, representando uma queda de cerca de 36%, quando comparado com o segundo mandato de FHC.

Enfim, muito foi feito pelo governo Lula. Poderíamos dizer que o Brasil é um novo Brasil, pensando-se em antes e depois do PT, um partido que trabalhou pelos mais pobres, pela inclusão social, que priorizou aqueles que nunca tiveram voz nem vez. Muito obrigada.

O deputado Dalmo Ribeiro Silva – Saúdo o presidente, caríssimo amigo Dr. Hely Tarquínio, uma das reservas morais da política do Estado de Minas Gerais e particularmente deste Parlamento, a quem devotamos absoluta amizade, uma amizade



antiga que, com certeza, sempre me faz admirar sua extraordinária história de vida e de homem público; saúdo também os companheiros e amigos, e os que nos assistem pela TV Assembleia. Ocuparei a tribuna desta Casa, mais uma vez, para trazer ao conhecimento de todos as trapalhadas deste governo.

Ontem usei a tribuna para cobrar com veemência uma atenção por parte do governo do Estado quanto à nossa MG-290, que liga Pouso Alegre à divisa de São Paulo. Há quanto tempo estamos buscando soluções por parte deste governo e do governo passado! Buscamos efetivamente uma solução para essa rodovia, que é conhecida como Rodovia da Morte. Mais uma vez quero renovar, em nome de toda a região, particularmente da minha querida Ouro Fino, um pedido especialíssimo ao governador do Estado, à Setop e ao DER, para que nos ajudem pelo menos com sinalizações até que tenhamos o projeto pronto e as obras iniciadas, como é desejo de todos.

Quero trazer aqui, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, uma preocupação constante. Aliás esse tem sido um tema nosso, aqui no Parlamento. Tenho a honra de representar a nossa região, o Sul de Minas. Logicamente sou vigilante. O Sul de Minas não tem recebido hoje atenção por parte do governo. Desta vez quero me referir às nossas águas minerais, como Caxambu, Lambari e Cambuquira. Por incrível que pareça, ninguém entenderá uma atitude da Águas Minerais de Minas Gerais, que é subsidiária da Copasa. Há poucos dias, por determinação da própria diretoria, todos os funcionários de Cambuquira, Caxambu e Lambari, concursados, receberam aviso de demissão, com a manifestação de que o governo não tem interesse no trabalho deles em suas respectivas empresas.

Estive na região. Lamentavelmente estamos vivendo mais que nunca um estado desesperador. São funcionários antigos, que fizeram concursos, que foram aprovados, que transferiram suas residências, que se estabeleceram com locação de imóvel, que colocaram seus filhos na escola e agora, no início deste ano, em fevereiro, recebem como presente a demissão, deputado Antônio Carlos Arantes, com a manifestação de que o Estado reestruturará todas as agências mineradoras, como as nossas fontes minerais de Caxambu, de Lambari e, particularmente, de Cambuquira.

Isso causou perplexidade em todas as cidades. Todas elas estão se movimentando. Basta dizer que o próprio Ministério Público já fez interpelação ao Estado e pediu a suspensão da determinação de demissão desses valorosos servidores concursados, de muitos anos, de 5 anos, de 10 anos, de 15 anos. Será que agora a Lei nº 100, que dispensará os concursados, servirá para os funcionários da Águas Minerais?

Há uma audiência, deputado Antônio Carlos Arantes, requerida na Comissão do Trabalho. Queremos ouvir, por parte do governo, qual será o motivo de se dar demissão aos funcionários, já comunicando que os serviços não serão necessários, porque novas políticas serão adotadas por parte do governo. Cada agência, cada fonte, terá, com certeza, sua estrutura própria. Quero, mais uma vez, neste momento, fazer esse registro. Já tínhamos feito um requerimento em audiência pública. Lamentavelmente, no ano passado, não conseguimos fazer com que os representantes do governo pudessem estar entre nós. E agora, lamentavelmente, os funcionários da Águas Minerais de Minas Gerais, subsidiária da Copasa, já estão previamente demitidos, concursados que foram, com residências fixas, com alunos praticamente matriculados, com a informação de que o Estado não tem interesse em que eles permaneçam trabalhando, em decorrência da mudança de política de exploração de águas minerais.

Lamentavelmente, vão mexer com quem já está estruturado, já está nomeado, concursado, e, particularmente, nas nossas cidades produtoras das melhores águas minerais do mundo, pois refiro-me não só a São Lourenço, que não está dentro desse contexto, mas também a Cambuquira, Caxambu e Lambari. É uma preocupação constante. Hoje, não há nenhuma justificativa para o governo dispensar os servidores, e sabemos que está ferindo essa responsabilidade. O próprio Estado não fala o porquê. Só fala que vai mudar a política de exploração de águas minerais, que vai dispensar servidores, funcionários concursados. Vamos querer, sim, que o governo justifique suas razões para isso, por quê? Temos as águas minerais, que são muito respeitadas, muito visitadas, por todo o Brasil, por todos os estados, e o governo quer, exatamente, deputado Carlos Pimenta, mexer com quem já tem uma estrutura pronta, montada, com funcionários com 5, 10, 15 anos.



Quero, mais uma vez, lamentar muito esse desgoverno, que está mexendo com quem está quieto, com quem está trabalhando com carteira assinada, com quem é concursado, sem nenhuma justificativa. Quero louvar, sim, o Ministério Público. Graças a ele, tomou-se a iniciativa de suspender, liminarmente, na Justiça, qualquer ação nesse sentido. Não havia motivos para que isso ocorresse, porque todos são nomeados e nem avisados foram. Hoje estão todos lá, com famílias radicadas, com filhos matriculados nas escolas, e tomou-se essa iniciativa cuja razão desconhecemos. Por isso, vamos buscar debater esse tema em audiência pública, sim. Vamos querer debater e discutir. Vejo os deputados Dilzon Melo, Carlos Pimenta, Antônio Carlos Arantes e o deputado João Leite, que também é votado conosco. Vamos discutir, sim. Queremos saber por que serão fechadas, inclusive, as fontes e dispensados os funcionários. Por que isso? Vai-se fazer uma outra concorrência? Estamos ouvindo essa história há muito tempo. Haverá uma nova licitação e os empregados estarão nas ruas.

O deputado Carlos Pimenta (em aparte)* – Aproveito o aparte de V. Exa., primeiramente, para cumprimentá-lo. O que está acontecendo, Dalmo, é que o governador Pimentel parece que não tem uma assessoria que lhe oriente sobre o que está acontecendo em Minas Gerais. Sabem daquela história que contavam do rei que queria um traje real muito bonito, e chegou lá um malandro e fingiu que estava fazendo um traje, até que alguém gritou: “Olhem, o rei está pelado”.

A verdade do que está acontecendo em Minas é esta: estamos vendo efetivamente ações dessa natureza serem tomadas sem que o governo se sensibilize para isso. Quando ele quer abastecer o caixa, manda para cá projetos para penalizar cada vez mais o empresariado e a população: o aumento do ICMS e das taxas. Ou seja, não está cumprindo sua obrigação mais básica: fazer uma economia e propor medidas que venham ao encontro da população.

Quero dar apenas um exemplo. No final de semana passado, no feriado do Carnaval, estive visitando minha filha, em Varginha, onde passei três ou quatro dias, e aproveitei para fazer um giro pela região. Tive contato com um empresário que me pediu que trouxesse um documento. Ele está devendo ao Fisco estadual, mas não agiu de má-fé, apenas não teve condições de pagar, ou pagava ao funcionário, ou pagava ao fornecedor, ou pagava ao Estado, portanto passou a ter uma dívida com o Estado, que lhe cobrou juros, multa e correção monetária, fazendo com que uma dívida de R\$80.000,00 passasse para R\$160.000,00, deputado Dalmo Ribeiro Silva. Ele me disse que tinha o dinheiro guardado para pagar os R\$80.000,00 e queria pagar, mas o Estado queria lhe cobrar o dobro.

Passei isso adiante, já fiz um apelo: o governo não tem que mandar para cá esses projetos, mas outros que perdoem dívidas, multas e correções monetárias, para poder encher o caixa. Essa é a maneira mais elementar existente. Se em nossas casas temos problemas, deputado Dalmo Ribeiro Silva, o que fazemos? Economizamos. Entretanto, o governo não está economizando, não está propondo ações para ajudar a si próprio.

Então, parabéns. Faça audiência pública relacionada a esse problema que está relatando, porque o que estamos falando aqui não chega ao Pimentel; existe um bando de puxa-sacos que bloqueiam as palavras e o clamor popular, e o governador de Minas não está escutando seu povo. O rei está nu, está pelado.

O deputado Dalmo Ribeiro Silva – Agradeço a participação de V. Exa. É isso mesmo. Precisamos discutir em audiência pública e até trazer os representantes da Copasa; praticamente todos os funcionários das fontes estão prontos a comparecer, pois a situação realmente trouxe tristeza e insegurança a todos os que, ao longo do tempo, estão prestando serviços nessas cidades.

Aproveitando os poucos minutos que me restam, quero, mais uma vez, parabenizar o Município de Extrema, do nosso Sul de Minas, na pessoa do nosso querido prefeito, Dr. Luiz Carlos Bergamin, na do nosso vice-prefeito, João Batista, e na do presidente Márcio, da câmara municipal. Após mais de seis anos de trabalho e cobrança, conseguimos oficialmente, graças a recursos exclusivos do município, deputado Antônio Carlos Arantes, construir a sede do pelotão do Corpo de Bombeiros. A cidade despendeu R\$2.950.000,00, ou seja, quase R\$3.000.000,00 para lá instalar hoje o 3º Pelotão do Corpo de Bombeiros, que, com certeza, atenderá toda a região, os empresários; ele está à disposição neste momento tão importante de suas ações.



Quero saudar o Município de Extrema, que já foi considerado pela Firjan a melhor cidade do Brasil, por sua qualidade de vida, arrecadação e modelo de gestão espelhado em outros municípios. Particularmente, quero saudá-lo por seu projeto Conservador das Águas, duplamente premiado pelos estados e pelos países. Hoje é um exemplo.

Então, quero homenagear e agradecer a presença do Cel. João Gualberto, que lá esteve representando o Corpo de Bombeiros. O Município de Extrema e toda região, com nove municípios, realizou essa grande conquista, graças exclusivamente à participação da cidade, que conseguiu construir uma sede própria, no valor aproximado de R\$3.000.000,00.

O deputado Gustavo Valadares (em aparte)* – É algo oficial, uma comunicação à Assembleia. O TRE-MG, na sessão da última segunda-feira, reprovou as contas de campanha do governador Fernando Pimentel, o que pode inclusive levar à sua cassação pela Justiça Eleitoral. Obrigado, presidente.

O deputado Dalmo Ribeiro Silva – Obrigado, presidente.

* – Sem revisão do orador.

A deputada Lone Pinheiro* – Boa tarde, presidente, meu amigo Dalmo, demais presentes. Venho hoje à tribuna porque acho que a oposição tem sido muito atacada nesses últimos dias. Temos de parar com isso. Já se passou mais de um ano aqui na Assembleia. Chega de ficar falando de herança maldita, de passado, como se isso justificasse a falta de trabalho e de compromisso do governo. Vamos arregaçar as mangas, vamos trabalhar. Tenho visto a oposição contribuindo. Participei daquele acordo histórico junto à oposição, porque queremos, sim, que os professores ganhem bem, queremos bons médicos, não é mesmo, professor? Queremos bons farmacêuticos e engenheiros. Então, a educação tem de ser valorizada. A oposição cumpriu seu papel quando avisou ao governo que não tinha jeito, que era quase impossível cumprir o acordo, porque o orçamento é uma conta exata. Dois mais dois são quatro, não tem jeito de dar cinco, não pode haver alteração. A oposição, até hoje, não criou um probleminha para o governador. Todos os projetos do Executivo que vieram para esta Casa foram votados. Então, esse choro não se justifica. Vamos arregaçar as mangas, vamos trabalhar pelo povo mineiro. O povo está sofrido. Quem está em dificuldades não é apenas o governo estadual. As prefeituras também enfrentam grandes dificuldades. E eu, Dalmo, não tenho visto prefeitos ficarem reclamando de herança. Ao contrário, tenho visto eles correndo atrás, cortando gastos, fazendo reforma administrativa. Não temos visto isso no Estado até hoje. Qual corte temos visto? Somente no bolso do povo. O único corte que tem sido feito é no bolso do povo, do trabalhador.

Temos visto o aumento da conta de luz pela Cemig, bem como a Copasa aumentando a conta de água. Além disso, tivemos a elevação da alíquota do ICMS no início de janeiro, ocasionando o aumento do preço do material escolar e dos remédios. A indústria, o setor produtivo, está sendo paralisado. Não temos visto nenhuma ajuda do governo para aumentar o setor produtivo, ao contrário, é o desemprego que está aumentando. É isso que temos visto.

Não posso deixar de falar aqui, deputado João Leite, sobre uma questão. A oposição entrou com uma PEC, mais uma vez, para ajudar o governo e exigir que o salário do servidor seja pago até o quinto dia. Não há administração pública sem o servidor, pois ele é a alma, o coração de uma administração pública. Quando se tem dinheiro, não precisa priorizar nada, paga-se tudo. Com dinheiro na mão, temos condições de pagar tudo. A oposição entrou com uma emenda para que o pagamento do servidor público seja pago até o quinto dia útil. Não podemos esquecer que é o salário do servidor, do trabalhador, que lhe dá dignidade. Ele tem de ter condições de pagar suas despesas, pois a Cemig, a Copasa, a farmácia não esperam. Se não pagarmos em dia, cobram juros e correção. Aqueles que têm ainda de pagar pensão alimentícia, como vão fazer? As pessoas vão ficar sem comer? Imaginem para um pai e uma mãe o desespero que é chegar ao final do mês em casa e não ter o dinheiro para ir ao supermercado, não ter como pagar as contas da farmácia. Temos de pensar nisso. Temos de olhar aqui o lado do servidor, do trabalhador.

Por isso peço a vocês, aos nobres companheiros, aos nobres deputados, para juntos votarmos essa emenda, porque com ela estaremos fazendo justiça ao trabalhador, àquele que dá aqui, todos os dias, o seu coração, àquele que luta por nossa Minas Gerais. Obrigada, presidente. Obrigada a todos vocês.



* – Sem revisão da oradora.

O deputado Antônio Carlos Arantes* – Sr. Presidente, nobres colegas, pessoas participantes das galerias desta Casa, telespectadores da TV Assembleia, venho a esta tribuna anunciar e convidar para uma audiência pública que faremos agora, no próximo dia 25, em que discutiremos a crise pela qual atravessa a cadeia produtiva do leite. O setor produtivo, o produtor rural principalmente, está numa crise sem precedentes. A ração, deputado Tito Torres, que conhece a área e cuja família é tradicional na produção leiteira, em menos de 90 dias quase dobrou o preço. O milho, que antes custava R\$25,00, R\$26,00, na minha região está a R\$50,00. Em outros lugares está a R\$40,00. Se isso estivesse pelo menos sendo repassado para o produtor, seria alguma coisa ainda. Mas esse produtor já não tem mais milho, já foi para o intermediário, já foi para a indústria, e o produtor tem de comprar a sua ração, que subiu. A energia subiu, e muito, inclusive com votos de deputados desta Casa. Eu e o nosso bloco votamos contrariamente. Então, a energia subiu. Quando se analisa o ano todo, vemos que o preço subiu mais de cem por cento para o produtor rural. Isso é grave. Como se não bastasse, o preço do leite diminuiu, caiu. Daí a crise sem precedentes. Há uma questão mais séria ainda: a importação de queijos, de derivados de leite e até de leite em pó. Isso ocorre num momento em que o Brasil pode aumentar, precisa gerar mais emprego, incentivar a produção, num momento de valorizar, todo momento é hora de valorizar, mas principalmente no momento de valorizar, repito, a produção, o produtor, o governo federal importa leite.

Se temos leite e se podemos produzir mais, por que importar? Mas o modelo petista de governar é: alguém tem de ganhar dinheiro. Alguém está levando vantagem importando leite da Argentina, do Uruguai, da Austrália, da Nova Zelândia e de países da Europa, em detrimento do produtor rural e sugando seu sangue e seu suor. Não só agora, mas principalmente agora, muitos produtores rurais estão fechando sua porteira, vendendo suas vacas, seu rebanho e saindo da atividade. Isso é muito ruim para o povo brasileiro, mineiro e até para o consumidor que vai comprar um leite mais caro.

O que me entristece é principalmente porque há ação política de interesse pessoal de grupos contra o trabalhador e contra o produtor rural. Vamos fazer uma audiência pública no dia 25, em que estamos convidando a Faemg, a Fetaemg, o sindicato da indústria e o poder público para pressionar os governos federal e estadual, que aumentam impostos e que fazem o setor produtivo pagar mais por isso. Quando se analisa o custo de produção do leite, constata-se que grande parte se deve à alta carga tributária praticada no Estado de Minas Gerais, como a da energia. No meu entendimento, para o setor produtivo, deveria haver subsídio e não esse custo impactante.

Falando em energia, às vezes falta energia na minha cidade de Jacuí. A Cemig tem pecado na manutenção, nos investimentos que estavam previstos e que foram cortados. A nova rede, que existia para ser acionada imediatamente, caso houvesse algum problema, foi cortada. Esses investimentos acabaram sendo cortados da nossa cidade. Essa é uma cobrança que faço à Cemig, que tem muita gente séria e boa. Na minha região, a Cemig trabalha, e aqui somos até bem atendidos, mas a decisão de diretoria de não investir nessas cidades, inclusive em Jacuí, causa sérios prejuízos para o produtor rural, para os empresários. Houve problema no Natal e nas festas de Santos Reis. O pessoal tem de fazer festa à luz de vela e à luz de trator. É uma energia cara e nem sempre está à disposição do produtor. Essa é a minha cobrança. Inclusive, estou pedindo audiência pública com o presidente da Cemig, mas até hoje não foi marcada. Espero que marquem e que deem solução. Não dá para ter tantos prejuízos como os produtores estão tendo lá em Jacuí.

Esse modelo petista de governar nos assusta muito. Ontem, por exemplo, o *Jornal Nacional* mostrou mais de 100 mil empresas fechando suas portas, lojas comerciais fechando suas portas. Quando uma empresa fecha sua porta, não é só aquela família que paga a conta, é o fornecedor que muitas vezes não consegue receber, é o trabalhador que perde seu emprego, é a família que perde sua capacidade de pagar suas contas e até de se alimentar. Muitas vezes têm de cortar na própria carne. Isso é muito duro.

Quando a oposição vem aqui e fica defendendo o governo petista estadual e federal, acho que eles estão precisando se informar melhor e ver que a dengue virou notícia de capa e disparou em Minas e no Brasil, fruto da falta de investimento, fruto



de irresponsabilidade, a ponto de criarmos uma geração com uma deficiência, a tal da microcefalia. Que tristeza! A D. Dilma em vez de falar “mosquito” fala “a mosquita”? Não sei se o deputado Duarte ouviu, mas a Dilma agora está falando “mosquita”.

Sou da zona rural, criado no meio de pessoas simples – o que sou também –, mas nunca vi uma criança, nunca vi a pessoa mais simples da roça falar a palavra “mosquita”. Hoje vou até vou olhar o dicionário, de repente ela deve estar à frente de todos. Ela fala da “mosquita”, de vírus do zika. Esta é a presidente. O que ela devia fazer é olhar o orçamento que ela está colocando, que é mínimo, deixando essas mulheres grávidas. Uma amiga nossa que está no caixa da padaria está preocupadíssima porque está grávida de seis meses. Está com medo de também ter o problema da microcefalia em sua criança. É a herança da D. Dilma, herança da D. Dilma das 100 mil empresas fechadas agora, só nesses dias; da Usiminas, que é uma referência para o Brasil e para Minas Gerais, que está correndo o risco de fechar no Vale do Aço. O Vale do Aço foi dominado pelo PT e hoje está pagando a conta de ter votado nesse partido. Estamos vendo a crise imposta pelas ações negativas do governo. O resultado está aí: o governo atrasando, parcelando salários. Quando o governo Aécio assumiu, isso era comum. Mas, a partir de Aécio, as contas entraram em dia, e o funcionalismo recebeu no dia certo, não teve mais parcelamento de salário, de 13º, não teve mais o desrespeito com esse público importantíssimo para movimentar a máquina do Estado, que é o funcionalismo público, que agora receberá atrasado. Isso significa que ele, na hora de pagar as contas de água e de luz, por não ter dinheiro, terá de pagar multa, juros, muitas vezes irá para o Serasa, perderá o seu nome, seu nome ficará sujo na praça.

Para evitar isso, temos dois projetos: a emenda do deputado Sargento Rodrigues, tornando obrigatório o pagamento até o dia 5, e um projeto de lei de minha iniciativa, apoiado e até assinado pelo nosso bloco parlamentar Verdade e Coerência, que é de oposição ao governo do Estado. No nosso projeto apresentamos a ideia de que, se o governo do Estado pode atrasar o pagamento e não tem de fazer a correção, também o funcionário público, na hora de pagar atrasado a água e a luz, as contas públicas, também não terá a correção. É uma questão até de isonomia, se ele recebe atrasado e não tem correção, se ele pagar atrasado também, que não tenha correção e não tenha o seu nome no Serasa, ficando sujo na praça. Espero que os deputados desta Casa entendam a importância da aprovação desse projeto. Vejo que, se as pessoas entenderem, se os deputados se unirem e votarem favoravelmente, o funcionalismo não terá mais esse problema de o salário atrasar.

A desculpa de que a arrecadação caiu não é verdadeira. É só olhar o orçamento do Estado: o que se arrecadou em 2015 é mais do que se arrecadou em 2014. Isso significa que tem como fazer um ajustamento, um equilíbrio de contas. É só cortar despesas, é só cortar secretarias que ele criou, é parar de ficar gastando com coisas erradas. É o caso, por exemplo, de pintar o Farmácia de Minas, que tinha uma cor sem nenhuma conotação política, construída por Aécio e por Anastasia. Agora vai pintar essa farmácia de vermelho, da cor do PT. Cria secretarias e aumenta despesas. Cria, não, criou também, mas já havia muitos cargos que estavam mortos, não estavam na ativa. Ocupou esses cargos com altíssimos salários, aumentou salários de secretários com artifícios dos conselhos da Cemig e da Copasa.

É só cortar na carne que dá para pagar o funcionalismo em dia. Estamos vendo anúncio de obras para municípios do PT, deixando sem recursos obras importantíssimas e até o salário do funcionalismo. Nesse caso das obras, deputado Cássio Soares, a quem vou conceder aparte daqui a pouco, o que mais estranhei foi quando o governo do Estado assumiu os recursos de R\$1.090.000.000,00, à disposição do Estado por meio de financiamento. Com esse valor, daria para construir as nossas rodovias, inclusive a nossa, de Jacuí a Fortaleza de Minas. Essa rodovia é importantíssima para Jacuí e já estava nos projetos do governo do PSDB, com esses recursos já aprovados para serem executados. O governo Pimentel dispensou os recursos. Havia até multa diária altíssima para o governo federal se não fizesse o repasse. O governo Pimentel simplesmente abriu mão, no dia 7/1/2015, desses recursos, penalizando a nossa Jacuí a Fortaleza de Minas; penalizando Muzambinho a Caconde; Monte Santo a Milagres; uma série de rodovias importantíssimas; o caso do término da nossa rodovia de Pimenta a Guapé, e por aí em diante. São tantas rodovias que poderiam ser executadas, mas que até hoje não aconteceram.

O deputado Cássio Soares (em aparte)* – Muito obrigado, deputado Antônio Carlos Arantes. Cumprimento-o pelo pronunciamento. Como sempre, V. Exa. é muito lúcido, preciso e combativo nas suas cobranças quanto aos interesses da



nossa região. Digo mais, deputado Antônio Carlos Arantes: São João Batista do Glória a Delfinópolis. Enfim, são vários os trechos que o nosso Estado de Minas Gerais merece, mas isso depende da boa vontade, da competência e de o projeto do governo sair do papel. Ressalto aqui, como também V. Exa. é combativo nesse assunto, a questão da nossa MG-050, caro presidente. Aproveito a presença do líder, deputado Rogério Correia, para que ele intervenha junto ao governo do Estado, à Secretaria de Obras, à concessionária Nascentes das Gerais, para que as obras atrasadas da MG-050 possam efetivamente sair do papel.

Passos, minha terra, é a 2ª maior cidade de toda a extensão da rodovia, caro deputado Dalmo, e não recebeu um centavo de investimento, ao longo dos oito anos de concessão dessa rodovia, da primeira PPP rodoviária do Estado de Minas Gerais e, acho, do Brasil.

A parte de duplicação, deputado Rogério, é muito curta e pequena no trecho de Divinópolis, mas ainda falta muita coisa. Em Passos, mesmo, ocorrem diversos acidentes com mortes por atropelamento, por faltar uma passarela de pedestre.

Enfim, estamos com o cronograma bastante atrasado e precisamos da solução para a nossa população.

Agradeço ao deputado Antônio Carlos Arantes e parabeno-o, mais uma vez, pelo espírito combativo na solução dos nossos problemas. Muito obrigado.

O deputado Antônio Carlos Arantes* – Obrigado.

* – Sem revisão do orador.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 22/2/2016, o Presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando Newton Mendes Gomes, padrão VL-16, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Duarte Bechir;

nomeando Anderson Silveira de Oliveira, padrão VL-16, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Duarte Bechir;

nomeando Cristiane Cherubino Ferreira, padrão VL-9, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Vanderlei Miranda.

TERMO DE CONTRATO Nº 5/2016

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Editora Revista dos Tribunais Ltda. Objeto: aquisição de assinatura da Revista dos Tribunais Online. Vigência: 12 meses, a partir da assinatura. Licitação: inexigível, nos termos do art. 25, I, da Lei Federal nº 8.666, de 1993. Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2.009.3.3.90-10.1.

TERMO DE CONTRATO Nº 6/2016

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: LS Locações, Serviços e Eventos Ltda. EPP. Objeto: prestação de serviços de concepção, planejamento, organização, coordenação, execução e avaliação de eventos. Vigência: até que se conclua o procedimento licitatório em curso para o mesmo objeto ou até 27/6/2016, o que ocorrer primeiro, tendo como termo inicial a data da assinatura. Licitação: dispensável, nos termos do art. 24, IV, da Lei Federal nº 8.666, de 1993. Dotação orçamentária: 1011-01-122-701-2.009.3.3.90-10.1.



TERMO DE ADITAMENTO Nº 16/2016

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Consórcio Faz e Brarez Total. Objeto: prestação de serviço de publicidade e de atividades complementares. Objeto do aditamento: sexta prorrogação. Vigência: 13/2/2016 a 12/4/2016 ou até que se ultime procedimento licitatório, o que ocorrer primeiro. Dotação orçamentária: 1011-01-122-701-2.009.3.3.90.10.1.



ERRATA

TERMO DE CONTRATO Nº 3/2016

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 19/2/2016, na pág. 50, onde se lê:

“1011-01-122-701-2.009.3.3.90-10.1”, leia-se:

“1011-01-122-701-2.009.4.4.90-10.1”.